

Remuneração de professores municipais no Paraná: uma leitura a partir da RAIS 2014

Andréa B. Gouveia – doutorado em educação, professora da UFPR.

Marcos Ferraz – doutorado em sociologia, professor da UFPR

A discussão sobre remuneração de professores no Brasil é controversa. Ainda que haja consenso sobre o princípio constitucional da valorização docente e que esse se expresse nas condições de retribuição financeira dos trabalhadores, as políticas para tornar esta premissa efetiva estão longe de serem suficientes e livres de controversas. Estudos da área têm evidenciado a diferença entre a remuneração docente e a remuneração de profissionais de outras carreiras com mesmo perfil de formação (PINTO e ALVES, 2011), defasagem politicamente reconhecida pela meta 17 do PNE 2014/2024. Igualmente, a ausência de recomposição do poder de compra nas carreiras (SUBIRÁ, 2013), que mantém salários baixos no ponto de entrada na profissão, é uma evidência da insuficiência das políticas praticadas. Em contrapartida, algumas redes apresentam elementos de valorização da remuneração ao longo da carreira (GODOY, 2013; BASSI e GOUVEIA, 2016). Mas essas se encontram ameaçadas pelas atuais políticas de congelamento dos gastos públicos impostas pelo governo federal e reproduzidas nos governos locais.

Além das disputas próprias das políticas, a questão da remuneração docente também é permeada por polêmicas em torno das formas de acompanhar os dados sobre a realidade. O Censo Escolar não tem série histórica de informações sobre remuneração ou jornada de trabalho dos professores, ainda que, recentemente, tenha incorporado informações sobre tipo de vínculo. Destarte, há estudos sobre remuneração a partir da PNAD (PINTO e ALVES, 2011) e outros tendo como fonte a RAIS (FERNANDES, et. Al, 2012). Contudo, esses estudos têm sido constantemente questionados, do ponto de vista político e metodológico, devido a dificuldade de se captar a diversidade empírica das 5.570 redes municipais. Tal polêmica ficou evidente, recentemente, com o estudo do INEP, a partir da RAIS, que foi recebido com muito resistência pela CNTE.

A questão metodológica central é que nenhuma destas fontes de dados – Censo Escolar, PNAD e RAIS – foram desenhadas, especificamente, para captar o significado contido na diversidade de informações, dos contratos de trabalho e das remunerações do setor público. Traçar médias ou medianas, sem fazer recortes metodológicos de

microdados, pode mascarar situações reais das condições de remuneração, carreira e jornadas dos docentes brasileiros. Tal diversidade, de difícil captação empírica, é fruto do pacto federativo brasileiro que estabelece que as regras de contratação dos servidores sejam de responsabilidade do ente federado contratante. Ou seja, a autonomia administrativa de estados e municípios produz um conjunto de diferenças e de desigualdades que estudos pautados na construção de médias de jornadas de trabalho e remunerações tendem a tornar imperceptível.

Frente a este debate, o trabalho, aqui apresentado, toma como fonte de dados a RAIS de 2014. Contudo, procura executar um trabalho a partir de seus microdados para captar parte da diversidade das condições de trabalho dos professores municipais. O recorte se limita aos municípios do estado do Paraná e explora variáveis que contribuam para dar maior visibilidade às desigualdades intra e inter redes municipais.

Assim, apresenta-se um debate sobre a remuneração, considerando: tipo de vínculo dos professores; tempo de serviço no conjunto das redes de ensino; jornada; formação dos professores; tamanho e PIB per capita dos municípios em que os professores atuam. Apresentam-se os dados de remuneração, tendo em perspectiva a média e o desvio padrão, de modo a evidenciar a variação de condições de remuneração que a média esconde.

Uma primeira aproximação pode ser realizada através de um olhar sobre os tipos de contrato de trabalho que são encontrados na RAIS quando seleciona-se o vínculo do trabalhador pelo Código Brasileiro de Ocupações de 2002, que compõe-se de professores de diferentes etapas e modalidades da educação básica. Optamos por incluir ativos e não ativos em 31 de dezembro. Esta opção – não ativos em 31 de dezembro, mas que trabalharam durante o ano de 2014 – busca evidenciar o conjunto de sujeitos que atuaram nas redes de ensino no respectivo ano.

Tabela 1: Tipo de vínculo de professores nas redes municipais do Estado do Paraná

Tipo de vínculo	N	%
Trabalhador por tempo determinado (Leis 8.745/1993 e 9.849/1999)	20	0,0
Trabalhador temporário (Lei 6.019/1974)	22	0,0
Trabalhador por prazo determinado (Lei 9.601/1998)	210	0,3
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica.	326	0,5
Trabalhador por prazo determinado, regido por Lei Municipal.	410	0,7
Servidor público não efetivo (não regido pela CLT)	2.884	4,7
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica, contrato CLT, prazo indeterminado.	4.198	6,9
Servidor no Regime Jurídico Único, vinculado ao Regime Geral de Previdência.	6.694	11,0
Servidor no Regime Jurídico Único, vinculado a Regime Próprio de Previdência.	46.265	75,8
Total	61.029	100,0

FONTE: RAIS (2014)

Em uma perspectiva descritiva dos vínculos é perceptível que a maioria é formada por servidores estatutários regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU) – com Regime de Previdência Próprio (75,8%) ou no Regime Geral da Previdência (11%). Os contratos sem estabilidade nas redes municipais do Paraná, ainda que variados, compõem apenas 13,2% dos vínculos de professores. Entre esses, observa-se que 6,9% estão prestando serviço para os municípios em regime de CLT. Os demais prestam serviços com contratos com tempo determinado de trabalho, o que implica maior instabilidade nas condições de trabalho. Entre os seis tipos de vínculos temporários, destaca-se o Servidor público não efetivo (não regido pela CLT) que representa 4,7%. Os demais têm pequeno impacto estatístico.

A tabela 2 ajuda a compreender como estas variações de vínculos de trabalho impactam sobre as condições da remuneração. Observe-se que, ao considerar o vínculo estatutário pelo RJU e regime próprio da previdência, onde está a maioria dos professores, a média salarial é a mais alta. Porém, apresenta um grande desvio padrão. O que é de se esperar em função de Planos de Carreira. Esse desvio padrão é de 60% da média. Ou seja, a remuneração pode variar de menos de 1000 reais a mais de 4000 reais. Observa-se que o desvio padrão em torno da jornada semanal média de trabalho também é significativo. Esse, contudo, é fruto da diversidade entre as redes, e não da trajetória do docente.

Tabela 2: Remuneração média segundo o vínculo e carga horária de professores municipais no Estado do Paraná, 2014.

Tipo de vínculo na rede municipal	Remuneração Nominal			Carga horária semanal		
	Média	Desvio padrão	N	Média	Desvio padrão	N
Trabalhador por tempo determinado (Leis 8.745/1993 e 9.849/1999)	795,89	32,89	20	22	11	20
Trabalhador temporário (Lei 6.019/1974)	1.518,69	646,79	22	42	6	22
Trabalhador por prazo determinado (Lei 9.601/1998)	1.293,50	444,26	210	35	10	210
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica.	1.218,52	1142,61	326	22	7	326
Trabalhador por prazo determinado, regido por Lei Municipal..	1.374,73	583,72	410	21	6	410
Servidor público não efetivo (não regido pela CLT)	1.672,00	877,45	2884	24	8	2884
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica, contrato CLT, prazo indeterminado.	1.838,09	906,53	4198	25	8	4198
Servidor no Regime Jurídico Único, vinculado ao Regime Geral de Previdência.	1.863,06	899,17	6694	24	9	6694
Servidor no Regime Jurídico Único, vinculado a Regime Próprio de Previdência.	2.443,38	1514,17	46265	23	7	46265

FONTE: RAIS (2014)

Os demais tipos de vínculos também apresentam grande variabilidade interna de condições de remuneração, e, no caso dos contratos temporários, o que está em jogo são as diferenças de remuneração entre as redes. Porém cabe destacar que os dados da tabela 2 permitem inferir que os vínculos não estatutários têm remunerações médias mais baixas que os vínculos de estatutários. Para dimensionar esse fenômeno cabe observar alguns aspectos que a literatura indica como elementos de impacto na remuneração de professores tais como tempo de serviço e formação (Morduchowicz, 2003). Contudo, tal registro da literatura não explica a diferença de médias de remuneração entre os servidores que se encontram no Regime Geral da Previdência e em Regimes Próprios de Previdência, visto que ambos se encontram em um regime estatutário. Ainda que ambos apresentem pisos salariais próximos a R\$1.000,00, suas médias são muito diferentes (R\$1.863,06 e R\$2.443,38). Da mesma maneira o teto salarial chega a R\$3.957,55 para aqueles que estão inseridos em regimes próprios de previdência; e é de apenas R\$2.762,23 para os que se encontram no regime geral.

Quanto ao tempo de serviço, os professores municipais paranaenses concentram-se nas faixas de até 3 anos de trabalho, seguidos pelas faixas de 10 a 20 anos e de 5 a 10 anos. A remuneração média amplia-se à medida que o critério de antiguidade se acentua. Porém, o desvio padrão em todos os grupos é expressivo. Pode-se inferir que os municípios paranaenses pagam mais por tempo de serviço, mas, a remuneração guarda outras desigualdades internas.

Observe-se que em 2014 o valor do PSPN era de R\$2.135,64, para jornada semanal de 40 horas. Ao considerar que a lei admite pagamento proporcional a jornada, o menor vencimento admitido deveria ser de R\$854,26, para uma jornada de 16 horas. Quando considera-se os dados da variação a partir da tabela 3, pode-se verificar que contrapondo médias e desvio padrão, encontra-se faixas com professores recebendo abaixo do PSPN. Em uma análise conservadora, sem cruzar os dados de remuneração e jornada de trabalho, há piso de R\$789,82 na faixa de 3 a 5 anos de trabalho; e de R\$851,23 na faixa com mais de 30 anos.

Tal resultado é preocupante, pois, mesmo diante de jornada de 16 horas semanais, encontram-se duas faixas em que o piso da remuneração está abaixo do PSPN, e somente nas faixas de 20 a 25 anos e de 10 a 20 anos os pisos se afastam do PSPN, sendo de R\$1.593,89 e R\$1.178,40, respectivamente. Entretanto, é importante notar que a média das jornadas semanais de trabalho varia entre 22 e 24 horas, o que pode esconder um número maior de casos de remuneração abaixo do piso nacional.

Tabela 3: Remuneração e Jornada Média dos professores nas redes municipais do paraná – por tempo de serviço

Tempo de serviço por faixas	Remunera�o média			Jornada Semanal		
	Média	Desvio Padrão	N	Média	Desvio Padrão	N
até 3 anos	1.654,45	735,90	14.258	24	8	14.258
de 3 a 5 anos	1.774,30	984,48	5.346	24	8	5.346
de 5 a 10 anos	2.067,93	1113,81	11.633	23	7	11.633
de 10 a 20 anos	2.352,62	1174,22	16.356	22	6	16.356
de 20 a 25 anos	3.070,96	1477,07	8.817	22	6	8.817
de 25 a 30 anos	3.401,69	2352,04	3.230	23	8	3.230
mais de 30 anos	4.074,82	3223,59	1.389	23	8	1.389

Fonte: RAIS (2014)

A questão da jornada é estruturante para a compreensão do trabalho docente. No estado do Paraná a jornada predominante é de 20 horas. Porém é inapropriado analisar as condições de trabalho do professor padronizando a jornada para 40 horas e dobrando a remuneração. Este procedimento gera um conjunto abstrato e inexacto de dados, pois, a vida profissional dos professores implica em vínculos de 20 horas em mais de uma rede, ou mesmo, mais de um vínculo de 20 horas na mesma rede, mas com tempo de serviço diferente, ou tipo de contrato diferente. Isto fará com que as condições de cada vínculo de 20 horas sejam potencialmente desiguais, implicando em remunerações díspares. Para evitar essa possibilidade de equívoco, recortaram-se os casos de vínculos exclusivamente de 20 horas de trabalho, para observar se o tempo de serviço, dentro da mesma jornada, tem impacto efetivo na média da remuneração.

Tabela 4: Remuneração Média para professores nas redes municipais do paraná com jornada de 20 horas semanais segundo tempo de serviço

Tempo de serviço por faixas	Remuneração Média		
	Média	Desvio Padrão	N
até 3 anos	1.679,15	730,82	9139
de 3 a 5 anos	1.693,56	1.085,64	3253
de 5 a 10 anos	2.191,58	1.240,97	7784
de 10 a 20 anos	2.402,12	1.200,23	11283
de 20 a 25 anos	3.103,30	1.332,94	6192
de 25 a 30 anos	3.487,69	2.272,22	2130
mais de 30 anos	4.417,89	3.321,27	942

Fonte: RAIS (2014)

A reorganização dos casos, considerando apenas os trabalhadores com jornada semanal de trabalho de 20 horas, revela uma situação ainda mais preocupante. Ainda que se confirme que a média salarial cresce com o tempo de serviço, o cumprimento da lei do PSPN se revela ainda mais complicado. Se considerarmos o valor de R\$1.067,82 como o piso nacional para uma jornada de 20 horas, e realizarmos o mesmo exercício de subtrair o desvio padrão da média, encontraremos as três primeiras faixas (até 3 anos; de 3 a 5 anos; e de 5 a 10 anos), com pisos salariais sendo efetivados abaixo do piso nacional, sendo de R\$948,33, R\$607,51, e R\$950,61, respectivamente. Somente a partir da faixa entre 10 e 20 anos que se encontram pisos acima do PSPN, sendo de R\$1201,89. As demais faixas (de 20 a 25 anos; de 25 a 30 anos; e com mais de 30 anos), apresentam, respectivamente, pisos de R\$1770,36, R\$1215,47, e R\$1096,62.

Registre-se, portanto, que a partir dos 25 anos, ainda que a média da remuneração cresça, o piso é rebaixado.

Além do tempo de serviço, a questão da remuneração está articulada com o pagamento pela habilitação do professor. Os dados da tabela 5 evidenciam a concentração da formação docente, nas redes municipais do Paraná, em nível de ensino superior¹. Também evidenciam a valorização da remuneração a partir da formação. Porém, como no caso do tempo de serviço, para todos os tipos de formação observa-se um desvio padrão significativo.

Tabela 5: Média de remuneração por formação média dos professores nas redes municipais do PR – RAIS 2014

Formação dos professores por tipo	Remuneração Média			Jornada Semanal		
	Média	Desvio Padrão	N	Média	Desvio Padrão	N
Professor com ensino fundamental	1.715,72	651,15	249	24	8	249
Professor com ensino médio	1.841,76	976,31	4450	26	9	4450
Professor com ensino superior	2.309,00	1438,36	54491	23	7	54491
Professor com mestrado e/ ou doutorado	2.660,05	1597,17	1839	21	4	1839

Fonte: RAIS (2014)

Se tipos de vínculo, tempo de serviço e formação esclarecem aspectos da variação das condições de remuneração, mas também evidenciam desigualdades internas as faixas de cada variável, faz-se necessário buscar medidas de contexto dos entes federados empregadores como elemento explicativo da remuneração dos professores. Assim, os dados da tabela 6 apresentam a Correlação de *Spearman* entre a remuneração média nominal dos professores paranaenses e alguns fatores que podem ser explicativos das variações de remuneração: tamanho do município e Pib per capita. Observa-se que nos dois casos as correlações são positivas e estatisticamente significativas. Pode-se inferir que as médias de remuneração apresentam correlação com a capacidade financeira municipal e o tamanho destes.

Tabela 6: Correlação entre fatores explicativos da Remuneração Média de Professores Municipais no Paraná a partir de dados da RAIS 2014

¹ A RAIS não especifica os professores com especialização lato sensu. Pelo número de casos é possível deduzir que os mesmos concentram-se na faixa dos professores com ensino superior.

Spearman's rho		Remuneração média
POPULAÇÃO CENSO 2010	Correlation Coefficient	,431 **
	Sig. (2-tailed)	,000
	N	61029
Pib per capita	Correlation Coefficient	,433 **
	Sig. (2-tailed)	,000
	N	60951

FONTE: RAIS (2014) **Correlação é significativa em 99%.

Assim, compreender os contextos de remuneração dos professores municipais requer compreender os fatores que impactam na composição remuneratória que são jornadas, pagamento pelo tipo de formação e tempo de serviço, mas também o contexto de desenvolvimento econômico e tamanho municipal. Estes dois últimos elementos permitem compreender as demandas por número de trabalhadores, que dependem diretamente da população e a capacidade financeira local. Com a articulação deste conjunto de elementos é possível situar os desafios da valorização dos professores de maneira mais complexa e explorando a riqueza dos microdados da RAIS.

Referências bibliográficas

- ALVES, T. ; PINTO, J. M. R. . Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte dos dados do Censo Escolar e da PNAD. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 41, p. 1-10, 2011.
- FERNANDES, M D E; GOUVEIA, A. B. ; BENINI, E G . Remuneração de professores no Brasil: um olhar a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 38, p. 339-356, 2012.
- GODOY, M Vencimento inicial, média de vencimentos e carreira dos profissionais do magistério no Estado do Paraná durante o FUNDEB (2007-2012). FINEDUCA, Revista de Financiamento da Educação: Porto Alegre, vol. 3, n.1, p.1-15, 2013.
- GOUVEIA, A B; BASSI, M E. Vencimento dos professores no contexto das finanças públicas do Paraná e de Santa Catarina, Brasil. Revista Educação em Questão (Online), v. 54, p. 101-128, 2016.
- MORDUCHOWICZ, A. Carreiras, Incentivos e Estruturas Salariais Docentes. Preal: PREAL-FLACSO, 2003.
- SUBIRÁ,J. A remuneração inicial dos professores das redes municipais do Paraná no contexto municipal. Revista brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 94, n. 237, p. 439-473, maio/ago. 2013.